

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de junho, em Brasília.

## EM BUSCA DO EQUILÍBRIO INSTITUCIONAL.

Com a recriação do Ministério das Comunicações, o presidente Jair Bolsonaro deu um importante passo para consolidação de sua base de apoio no Congresso Nacional. O apoio dos partidos do Centrão é considerado estratégico tanto para o avanço das pautas do governo no Congresso, quanto para a contenção do avanço de eventuais processos de impeachment.

A escolha do novo ministro, o deputado federal Fabio Faria (PSD-RN), foi anunciada como uma escolha pessoal de Bolsonaro. A manifestação condiz com o discurso do presidente de não colocar representantes de partidos de apoio no primeiro escalão do governo, fugindo das práticas tradicionais do “presidencialismo de coalizão”.

Contudo, não condiz com a leitura do PSD e demais partidos do Centrão sobre o fato. Assim, o Palácio do Planalto deve ficar atento ao surgimento de novas pressões desses partidos com vistas a indicações de representantes não apenas para a chefia de estatais ou importantes autarquias federais, mas também para o comando de Ministérios. Destaca-se que, ao longo dos últimos meses, Bolsonaro intensificou suas agendas com líderes do Centrão e teria aprovado cerca de 300 indicados do grupo político para cargos na administração pública federal.

Se por um lado a articulação política teve uma importante vitória no sentido da estabilidade, por outro, a crise institucional com o Poder Judiciário segue crescente. As manifestações de apoiadores do governo, lançando fogos de artifício sob o STF na noite do último sábado (13), foram classificadas como graves pelos ministros da Corte, que as consideraram como um “divisor de águas”. Os ministros esperam agora uma postura de condenação do ato por Bolsonaro como uma sinalização pública de retomada do diálogo. Enquanto isso, foi determinada a abertura de investigações para punir os organizadores e financiadores dos protestos.

Os pontos de atenção do Palácio do Planalto no Judiciário seguem se proliferando. O STF analisa a continuidade do “inquérito das fake news” e criticam a participação de Bolsonaro e membros do Governo em manifestações que pedem o fechamento da Suprema Corte e do Congresso Nacional, além da volta das Forças Armadas ao comando do país. Sobre o tema, o ministro Luiz Fux (STF), atendendo a um pedido do PDT, concedeu ainda liminar fixando que as Forças Armadas não atuam como poder moderador em um eventual conflito entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Já no TSE, teve início na última semana a sequência de votações sobre as ações contra a chapa Jair Bolsonaro - Hamilton Mourão, que devem se estender ao longo dos próximos meses.

## Destaques da Semana

Terça

- [Senado aprecia](#) a Medida Provisória 936/2020, que possibilita a redução de jornadas de salários e de trabalho.

Quarta

- [Expectativa de realização de sessão do Congresso](#) para apreciação de vetos presidenciais.
- [STF retoma o julgamento](#) sobre a continuidade do “inquérito das fake news”.

Semana

- Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne para decidir sobre a taxa básica de juros (Selic).

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro** telefonou, nesta segunda (15), para o presidente da Rússia, Vladimir Putin e se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni e com o ministro da Educação Abraham Weintraub.

**Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão** se reuniu, nesta segunda, com o diretor presidente do Serpro, Caio Mário de Paes de Andrade e com o diretor presidente do Instituto Villas Boas, General Marco Aurélio.

### Casa Civil

**Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto** se reuniu, nesta segunda, com os outros ministros de Estado e participou de reunião do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

### MiniCom

Ministério das Comunicações

ANATEL  
Agência Nacional de  
Telecomunicações

**Reunião Deliberativa do Conselho Diretor** – Será realizada na quinta (18), Reunião do Conselho Diretor da Anatel. Entre os itens da [pauta](#), estão as propostas de consultas públicas sobre revogação de normativos e sobre resolução que aprova o Regulamento sobre as Condições de Operação de Satélites Geostacionários em Banda Ku com cobertura sobre o território brasileiro. Também estão pautadas propostas de alteração da Metodologia de Cálculo do Valor Base das Sanções de Multa relativa a Infrações a Direitos e Garantias dos Usuários e de Regulamento de Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel, entre outras.

### ME

Ministério da Economia

**Agenda do Ministro – Paulo Guedes** se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto e participou de videoconferência com representantes do setor elétrico.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2020 subiu de US\$ 47,75 bilhões para US\$ 52,50 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 47,35 bilhões para US\$ 55 bilhões de superávit. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, ficou estável em US\$ 60 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas permaneceu em US\$ 75 bilhões.

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente – Roberto Campos Neto** participou de reunião com o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni e com o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

**Boletim Focus** – Economistas do mercado financeiro revisaram a previsão para o tombo Produto Interno Bruto (PIB) neste ano de 6,48% para 6,51% e baixaram a expectativa de inflação para 2020. Essa foi a décima oitava redução seguida da expectativa para o nível de atividade deste ano. Para o próximo ano, a previsão do mercado financeiro para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) permaneceu estável em 3,50%. Os analistas elevaram, de 1,53% para 1,60%, a estimativa de inflação para 2020. A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e

**BNDES**  
Banco Nacional do  
Desenvolvimento

também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano. Atualmente, a taxa Selic está em 3% ao ano. A previsão dos analistas para a taxa Selic, no fim de 2020, ficou estável em 2,25% ao ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado recuou de 3,50% para 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem, mas em menor intensidade. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 recuou de R\$ 5,40 para R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, caiu de R\$ 5,08 para R\$ 5 por dólar.

**Agenda do presidente – Gustavo Montezano** se reuniu com representantes do ministério da Economia, com representantes do Banco do Brasil, do Banco Itaú e do Banco Bradesco. Além disso, Montezano participou da abertura de evento realizado pelo BNDES no YouTube, o Webinar “Retomada do Crescimento Por Meio de Investimentos em Infraestrutura”.

## Poder Legislativo

### Congresso Nacional

Plenário

O Congresso Nacional ainda não convocou sessão para esta semana, contudo, há expectativa de que uma sessão para apreciação de vetos presidenciais seja marcada para esta quarta (17). No momento 28 vetos precisam ser analisados, dentre os quais 19 trancam a pauta.

Caso a sessão ocorra, os vetos presidenciais apresentados ao pacote anticrime (Lei 13964/19) e ao Plano Mansueto (Lei 173/2020), que instituiu regras para transferência de recursos a Estados, devem ser objeto de deliberação.

### Câmara dos Deputados

Plenário

A Câmara deve votar, na sessão desta terça (16), a [Medida Provisória 927/2020](#), que promove alterações em regras trabalhistas durante o período em que durar o estado de calamidade pública. Entre as alterações promovidas pela medida, estão o adiamento do recolhimento do FGTS dos meses de março a maio, a flexibilização do teletrabalho, a prorrogação temporária de acordos coletivos e a antecipação de férias.

Também constam na pauta da Sessão do Plenário da Câmara, a [Medida Provisória 932/2020](#), que reduz pela metade a contribuição patronal de empresas para financiar o Sistema S pelo período de três meses, e o [Projeto de Lei Complementar 108/2020](#), do Poder Executivo, que obriga a Seguradora Líder, consórcio ao qual cabe administrar o DPVAT, a repassar R\$ 4,25 bilhões ao Sistema Único de Saúde (SUS).

### Senado Federal

Plenário

Por sua vez, o Senado deve apreciar a [Medida Provisória 936/2020](#), que possibilita a redução de jornadas de salários e de trabalho. A norma já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), e agora precisa ser aprovada pelos senadores.

Havia expectativa de que esta proposição fosse votada na semana passada, mas por falta de acordo entre as lideranças partidárias a votação foi adiada para as próximas sessões.

## Temáticas em Pauta nas Comissões

### ECONOMIA

Comissão Mista COVID-19 | Congresso | Terça (16)

#### COVID-19

**Audiência Pública** – debater, com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, as **medidas de enfrentamento à Covid-19** na perspectiva econômica.

#### Atividades Comerciais e Serviços

Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus | Câmara | Quarta (17)

**Reunião Técnica** – debater os **planos de retomada das atividades comerciais e serviços** no país com os seguintes convidados:

- Pedro Tourinho de Siqueira, Médico Sanitarista e Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas;
- Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul;
- Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí;
- Marco Vinholi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Paulo;
- Gutemberg de Paula Fonseca, Secretário de Ordem Pública do Município do RJ;
- Antonio Florencio de Queiroz Junior, Presidente da Fecomércio/RJ representando também a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e
- Luis Fernando Correia, Médico Intensivista com MBA em Gestão de Saúde

## Política

**'Farei uma transição coordenada', diz Mansueto ao confirmar saída do governo.** O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, se prepara para deixar o governo de Jair Bolsonaro. Segundo disse à Folha, desde o final do ano passado já pensava em deixar as funções públicas, mas adiou a saída por causa da crise do coronavírus. “Eu já vinha conversando com o ministro Paulo Guedes e há algumas semanas disse que anunciaria minha saída no final de junho, mas a informação vazou e tenho que antecipar o anúncio”, disse. “Mas não vou sair nos próximos dias, vou sair em agosto porque farei uma transição coordenada”, disse Mansueto. Mansueto diz que deixa o governo porque precisa descansar. Fonte: Folha de S. Paulo

**Guedes escolhe Bruno Funchal para comandar Tesouro Nacional.** O ministro Paulo Guedes (Economia) escolheu Bruno Funchal, atual diretor de programa da pasta, como o novo secretário do Tesouro Nacional. Ele assume a vaga de Mansueto Almeida, que anunciou a saída do governo no final de semana. Ex-secretário de Fazenda do Espírito Santo, Funchal ganhou destaque dentro do governo nos assuntos federativos e atuou nas negociações para calibrar o pacote de socorro financeiro aos estados e municípios, que gerou atritos entre

o Congresso e o Ministério da Economia. Preocupada com o alto custo da proposta que chegou a ser articulada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em abril, a equipe econômica, incluindo Funchal, buscou desarmar o projeto considerado como uma pauta-bomba, pois, segundo os técnicos, poderia superar a despesa de R\$ 200 bilhões. Fonte: Folha de S. Paulo

**Bolsonaro discute saída 'sem traumas' de Weintraub da Educação.** O presidente Jair Bolsonaro discute na segunda-feira, 15, uma saída para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deixar o governo de maneira menos traumática. Os dois têm um encontro marcado às 16h no Palácio do Planalto. Até lá, opositores e aliados do ministro, incluindo os filhos do presidente, apresentam seus argumentos contra e a favor a permanência dele à frente da pasta. Para os grupos político e militar do governo, a demissão de Weintraub é essencial para o Planalto construir uma trégua com o Supremo Tribunal Federal e Congresso. Eles argumentam que o ministro é um gerador de crises desnecessárias em um momento em que o presidente, pressionado por pedidos de impeachment e inquéritos que podem levar à cassação do mandato, tenta diminuir a tensão na Praça dos Três Poderes. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Líder do governo resiste a mais uma ofensiva para sua troca.** Após nova rodada de rumores de que seria substituído, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), sobreviveu aos ataques, com apoio renovado do presidente Jair Bolsonaro. O parlamentar goiano sai fortalecido da crise, em especial após a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o líder do PP, deputado Arthur Lira (AL), que vem atuando como líder informal do governo. Em meio à tensão política, entretanto, o Palácio do Planalto segue dependente da influência de Lira para avançar com os projetos de seu interesse na Câmara. Entre aliados no Congresso e no Planalto, Vitor Hugo é considerado um "highlander", um guerreiro imortal porque estaria para deixar o cargo desde o começo do governo. Há um ano, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), havia anunciado o rompimento de relações com Vitor Hugo porque ele compartilhou nas redes sociais uma charge pejorativa sobre o Congresso. Fonte: Valor Econômico

## Poder Judiciário

**Toffoli diz que STF jamais se sujeitará a nenhum tipo de ameaça.** O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou no domingo (14) que a Corte jamais se sujeitará a nenhum tipo de ameaça. Em nota divulgada à imprensa, Toffoli classificou como "mais um ataque ao STF" o lançamento de fogos de artifício em direção ao prédio da Corte, promovido ontem (13) à noite por um grupo de manifestantes que estava na Praça dos Três Poderes. Segundo o ministro, a atitude simboliza um "ataque a todas as instituições democraticamente constituídas". Na nota, o presidente também afirmou que o Supremo repudia tais condutas e se socorrerá de todos os procedimentos legais para se defender. Fonte: Agência Brasil

**Bolsonaro quer Oliveira para o lugar de Mello.** A escolha do presidente Jair Bolsonaro para preencher a vaga que será aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano poderá desencadear uma minirreforma ministerial, ou pelo menos um rearranjo dos quadros no Palácio do Planalto. Se não houver imprevistos ou mudança de coordenadas, o nome já escolhido por Bolsonaro para assumir a cadeira do decano, Celso de Mello, que completará 75 anos em novembro, é o do ministro da Secretaria-Geral da Presidência (SG), Jorge Oliveira. Fontes do Planalto ouvidas pelo Valor avaliam que dois nomes poderiam suceder a Oliveira no ministério: o chefe de gabinete da Presidência, Pedro César Nunes de Souza, ou até mesmo, em novo remanejamento, o ministro da Justiça e ex-titular da Advocacia-Geral da União (AGU) André Luiz Mendonça. Como Oliveira acumula a Secretaria-Geral com a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), função estratégica da Presidência, seu sucessor terá que possuir formação jurídica. Fonte: Valor Econômico

## Último Foco

**BNDES aportará R\$ 20 milhões em fundo voltado às startups.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aportará mais R\$ 20 milhões no Fundo Anjo, um fundo de coinvestimento com investidores-anjo, aqueles que apoiam empresas nascentes com perfil inovador e com alto potencial de

crescimento, as chamadas de startups. Com essa segunda emissão de cotas, a participação do BNDES no fundo atingirá R\$ 60 milhões. O Fundo tem a previsão de atingir cerca de R\$145 milhões de Patrimônio Comprometido, somando os aportes do Banco com os de parceiros privados. O Fundo Anjo teve início em julho de 2019, com um patrimônio de R\$ 76 milhões, dos quais R\$ 40 milhões eram do BNDES e o restante proveniente de outros investidores e da Domo Invest, empresas selecionadas para gerir o capital aportado. Apesar da crise decorrente da pandemia da Covid-19, a Domo Invest, empresas selecionadas para gerir o capital aportado. Apesar da crise decorrente da pandemia da Covid-19, a Domo Invest, acredita que a meta de investimento em 20 startups possa ser atingida até o fim de 2020. Fonte: ASCOM - BNDES

**WhatsApp vai permitir enviar e receber dinheiro pelo aplicativo.** O WhatsApp anunciou na segunda-feira (15) que o Brasil será o primeiro país a receber uma atualização do aplicativo que vai permitir que usuários enviem e recebam dinheiro, usando cartões cadastrados. A novidade também vai permitir que contas do WhatsApp Business recebam pagamentos por produtos e serviços. Os pagamentos acontecem dentro de uma função chamada Facebook Pay. A rede social também é dona do Instagram, além do Whatsapp. Em nota, o WhatsApp afirma que o recurso tem esse nome para que, no futuro, os mesmos dados de cartão possam ser utilizados em toda a família de aplicativos da empresa — sinalizando que o Facebook planeja expandir funções de pagamento para outros apps. Fonte: G1 - Notícias

**Presidente da CPI das fake news diz que Congresso e STF estão contra 'pandemia digital'.** O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a disseminação de conteúdo falso na internet, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), afirmou no sábado (13) que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) estão juntos contra a "pandemia digital" das fake news. Em resposta a Ângelo Coronel, o deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), aliado do presidente Jair Bolsonaro, afirmou que a CPI deve ser encerrada porque age contra o governo e tem se mostrado um "verdadeiro teatro". Fonte: G1 - Notícias

**Debate mostra que Brasil deve estar pronto para novas tecnologias.** O Brasil deve preparar o seu ambiente regulatório, tributário e de infraestrutura para a chegada e o desenvolvimento de novas tecnologias de telecomunicação e de tráfego de dados, como o 5G. É o que dizem especialistas que participaram na quarta-feira (10) do debate virtual O Futuro da Telecom, promovido pela Secretaria do Desenvolvimento da Infraestrutura da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia. O superintendente de competição da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Abraão Balbino, disse que o Brasil ainda tem muitos desafios para conectar todos os municípios e habilitar as novas tecnologias que estão surgindo. Além disso, mercados como de computação e armazenamento em nuvem, inteligência artificial, internet das coisas e realidade virtual demandarão uma infraestrutura mais potente do que a existente hoje. Fonte: Agência Brasil

**Bolsonaro: leilão 5G passa por política externa e preço não pode ser único critério.** Em live no Facebook realizada na noite de quinta-feira, 11, o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez algumas considerações sobre o leilão de 5G do Brasil. Segundo ele, aspectos como política externa, soberania nacional e segurança de dados serão levados em consideração além do fator preço, que não poderia, em sua avaliação, ser o único critério para a construção de redes da tecnologia no País. "Temos pela frente a questão do 5G. Antes que falem de interferência [do governo], houve uma orientação minha de proceder nessa questão, e nós faremos o melhor negócio levando em conta vários aspectos, não apenas o econômico. Às vezes, o mais barato não quer dizer que é o melhor, e nem sempre o mais caro é o melhor também", afirmou Bolsonaro. Fonte: Teletime

**Anatel ainda estuda novos mecanismos de acesso a espectro para leilão de 5G.** Ainda nas discussões pós-consulta pública da proposta de edital do leilão de frequências, a Anatel estuda uma nova forma para o uso do espectro no País. "A Anatel tem se reunido quase diariamente para tratar do leilão de 5G e da revisão de espectro, para permitir que operadoras entrem no leilão, mas também dar condições. Seja por meio de mercado secundário ou via novos mecanismos que a Anatel vai criar para espectro, tanto para regionais como compartilhamento das grandes", disse o superintendente de competição da Anatel, Abraão Balbino, durante painel online "Futuro da Telecom", promovido pelo Ministério da Economia nesta sexta-feira, 12. Fonte: Teletime

**Indústria de semicondutores reage à liquidação da Ceitec.** A indústria de semicondutores indicou preocupação com a decisão do governo federal de fechar a Ceitec, a estatal que projeta chips. Em nota, a Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores aponta que a "liquidação distanciará ainda mais o Brasil

do conhecimento de ponta necessário ao desenvolvimento de produtos de alta tecnologia e diminuirá as chances para que possamos reduzir a enorme dependência de produtos importados”. O anúncio foi feito após reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, na terça-feira, 10/6, onde relatou-se a falta de interessados em comprar a empresa, uma vez que a intenção inicial era privatizar a Ceitec no começo de 2021. Fonte: Convergência Digital

**Novo ministro não tem projetos em Telecom, mas relatou a favor da LGT.** Apesar de ser apontado como representante dos radiodifusores, o novo ministro das Comunicações, deputado Fábio Faria (PSD/RN), emitiu parecer favorável ao setor de telecomunicações como relator do Projeto de Lei (PL) 6308/16, propondo alterar a proposta de inserir artigos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) na Lei Geral das Telecomunicações (LGT). Em outra área que terá ações da pasta, a internet, Faria apresentou parecer contrário a um PL que pretendia interferir em mecanismos de busca, a exemplo de Google e Yahoo. De autoria do ex-deputado Eduardo Cunha, preso na Operação Lava Jato, o texto fixava remoção obrigatória de links que apresentassem “dados irrelevantes ou defasados do envolvido”. Fonte: Telesíntese

**Governo quer liberar crédito tributário de banco que emprestar para micro e pequenas empresas.** O governo anunciará nos próximos dias a liberação de créditos tributários dos bancos que ampliem linhas de crédito para micro e pequenas empresas. A medida conjunta do Banco Central e da Receita Federal, antecipada ao blog por duas fontes com conhecimento no tema, tem como meta estimular a concessão de crédito para pequenas empresas. Essas empresas têm enfrentado dificuldades de acesso ao crédito, apesar dos programas específicos lançados pelo governo, como de financiamento da folha de pagamento (Fopas), ou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com garantia do Tesouro Nacional de até 85% dos recursos. A ajuda se tornou ainda mais essencial para as empresas devido à pandemia do coronavírus. Fonte: G1 - Notícias

**eSocial: Covid-19 adia entrada das empresas do Simples Nacional.** As empresas do Simples Nacional não vão entrar no eSocial a partir de 1 de setembro, como estava previsto no cronograma inicial, antecipa a Federação Nacional de Contabilidade, Fenacon. O adiamento foi determinado pelo impacto da pandemia de Covid-19. Seriam obrigadas a aderir ao novo regime, as empresas do terceiro grupo - empregador optante pelo Simples Nacional, empregador pessoa física - exceto doméstico, produtor rural PF e entidade sem fins lucrativos. Esse grupo iniciaria o envio dos eventos periódicos (folhas de pagamento) a partir de setembro deste ano, conforme calendário atual. Além delas, os órgãos públicos federais e as organizações internacionais (grupo 4) também começariam a fase 1 em setembro próximo, e também não vão mais reportar. Fonte: Convergência Digital

**Sindicatos pedem que Senado exclua trechos da MP da redução de jornada e salário.** O Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS) divulgou uma nota pública, ontem, na qual defende que o Senado exclua "matérias estranhas" ao texto da medida provisória (MP) 936, que permite a suspensão dos contratos de trabalho e a redução de jornada e salários por conta da pandemia do coronavírus. Composta por centrais sindicais, confederações e associações de procuradores e magistrados da Justiça do Trabalho, a entidade rechaça, principalmente, os artigos que permitem que a redução de carga horário e vencimentos sejam fruto de negociação individual entre empresa e funcionários, sem validação dos sindicatos. Fonte: Valor Econômico